

com a sua fé e o seu dinamismo evangélico e evangelizador?

Que se trate do «quarto poder» (em referência aos três poderes clássicos) ou que seja mesmo já mais do que isso, os *mass media* detêm efectivamente um enorme poder. Usado frequentemente contra o cristianismo e a Igreja e contra outras religiões e a religião em si mesma e gerando, por isso, não raro, uma desconfiança e mesmo uma agressividade de sentido contrário entre os crentes. Um poder que substitui o que, em outros tempos, era exercido pela(s) religião(ões): eles são hoje os grandes modeladores da cultura: ditam os valores e o sentido da vida, fornecem os modelos e as regras de viver que as pessoas seguem e que outrora recebiam da família e da paróquia. O autor analisa esta problemática no primeiro capítulo.

O segundo capítulo detém-se concretamente sobre o plano dos valores, caricaturados pelas posições de um lado e do outro como representando respectivamente a tradição (vista como ultrapassada) e a modernidade (que é o que conta). No juízo de Charentenay não se trata, porém, necessariamente de oposição. Mesmo do lado da religião, esta pode aprender bastante com a imagem que dela passa nos *media*. No terceiro capítulo Charentenay mostra as deformações que os *media* operam, com especial consideração das que opera em relação às religiões, com a histeria que os leva, inclusivamente, a dar relevo sistemático a alguns factos e a certas personagens.

No quarto, é a vez de apresentar o modo como a Igreja utiliza ela mesma, com a sua estratégia própria, esses meios de massa. O quinto capítulo procura observar como os *media* põem em destaque as fraquezas da Igreja, pondo de manifesto erros e inconsequências como, p. ex., as manifestações de tradicionalismo e inte-

grismo ou os casos de pedofilia e as lentas reacções da Igreja. Um capítulo à parte é dedicado às caricaturas e ao humor satírico com que certos *media*, fazendo valer velhos preconceitos e correntes de pensamento e de acção, com destaque para o anticlericalismo, procuram corroer a Igreja, com uma agressividade e violência maiores ainda que as do Séc. XIX. O último capítulo acabará por colocar expressamente o referido dilema do cartuxo: como pode o cristão viver a sua fé num contexto cultural assim, com este domínio e estas orientações das forças mediáticas? Isolar-se? Ou tentar comprometer-se no interior dele?

Como se vê, este é um livro que interessa, e muito, a todos os crentes, mas especialmente aos agentes da pastoral que queiram operar com realismo num contexto cultural e civilizacional que é o que nos toca neste tempo do nosso ser e do nosso agir na Igreja de Cristo.

Charentenay é jesuíta e director da prestigiada revista *Études*.

PEDRO DE VILA-NOVA

SAGRADA ESCRITURA

GALIZZI, Mario, **Evangelio según Marcos. Comentario exegético-espiritual**, San Pablo, Madrid, 2007, 358 p., 215 x 145, ISBN: 978-84-285-3046-0.

Volume traduzido do original italiano (de 1993), é o 6.º da col. «Sicar – Biblia y Espiritualidad», que inclui títulos de reputados biblistas como Ugo Vanni e Klemens Stock, ambos do P. I. Bíblico de Roma. A divisão em duas «partes» principais – A: «Jesus é o Cristo» (1,14-8,30); B: «Messias sofredor e Filho de Deus» (8,31-16,8, seguido do «apêndice canónico: 16,9-20) – é complementada pela introdução geral «Marcos,

o manual de aprendiz de discípulo» e pelo estudo conclusivo «Quem – porquê – quando – onde» em cujo âmbito se encontra um precioso estudo de «Cristologia» marcana. No quadro desta proposta geral de estrutura do Evangelho, cada «parte» é ulteriormente subdividida em «secções» que integram de forma sistemática uma síntese geral, seguida da tradução de cada perícope e do respectivo comentário. Assim, depois dos breves comentários ao «Prólogo (1,1)» e a «Uma panorâmica sobre Jesus (1,2-13)», temos a «parte» A com as seguintes «secções»: 1. «O “manifesto de Jesus” (1,14-15)»; 2. «Jesus tem autoridade (1,16-3,6)»; 3. «Em plena missão (3,7-6,6a)»; 4. «Jesus e os seus discípulos (6,6b-8,30)». A «parte» B organiza-se em três «secções»: 1. «O Filho do Homem tem de sofrer (8,31-10,52)»; 2. «Jerusalém – primeiro acto (11-13)»; 3. «Jerusalém – segundo acto (14-16).

Para a determinação do perfil metodológico e teológico deste comentário «exegético-espiritual» (ver título), seleccionamos algumas teses. Segundo o A., o testemunho unísono da tradição atesta que o autor é o «Marcos do Novo Testamento», i.e., o discípulo de Pedro, o companheiro de Paulo e Barnabé (340). Este «Evangelho segundo Marcos é romano» (342) e, como sugerem os acontecimentos referidos no seu capítulo 13, terá vindo a lume no «ano 70» (341), consumada entretanto a ruptura com a sinagoga (71). A julgar pelo retrato global dos discípulos, a obra destinava-se a um auditório «não judaico» (143), mais especificamente àqueles discípulos que «continuavam com medo de pregar e testemunhar a cruz do Senhor» (341).

Perpassa pela obra inteira, estruturando-a em duas «partes», a questão da identidade de Jesus. A «cristologia» marcana – essencialmente coincidente com o significado histórico-salvífico dos títulos «Cristo» e «Filho de Deus» (1,1) –

vai buscar a sua principal garantia *objectiva* à voz do Pai (1,11; 9,7) e ao ensinamento do próprio Jesus (12,6.35-37); no plano *subjectivo*, esta «certeza plena da fé» quanto à identidade divina e messiânica de Jesus (343) decorre de uma forte experiência religiosa vivenciada pela comunidade eclesial. Essa experiência é a da meditação da Sua morte no Calvário: só com o olhar contemplativo do centurião romano posto naquele Nazareno inocente (15,39), i.e., de baixo para cima, é que se «penetra pouco a pouco na plenitude da sua divindade» (343). O caminho do leitor-catecúmeno e da comunidade crente consiste, pois, num demorado convívio com o Messias Crucificado: a par das Suas palavras, a Sua «acção, forma de fazer as coisas, trato, etc., são também elas “palavra”» (8). Se «estar com Jesus» (3,14) foi para os primeiros discípulos a via para o conhecimento e o testemunho, bem pode este Evangelho ser considerado «o manual do aprendiz de discípulo» (5-6). Neste «comentário bíblico» é notória, ainda, a aliança dos métodos sincrónicos – crítica da narrativa e *reader-response*, em particular – com a tradição viva da Igreja enraizada na própria Escritura. Embora Crisóstomo, Beda e Teofilacto compareçam com maior assiduidade, fazem-se ouvir também as vozes de Ambrósio, Agostinho e Jerónimo, a par das fontes judaicas (Mishná) e do Magistério (*Dei Verbum*, João Paulo II). Não faltam indicações de que o A. não ignora as discussões académicas sobre questões de crítica textual ou de incerteza quanto à interpretação; opta, nesses casos, por indicar simplesmente o problema e apresentar uma via de solução, sempre pertinente. As recorrentes perguntas dirigidas ao leitor evidenciam, não só uma intenção pastoral imediata, como também um fecundo registo de especialista que, na hermenêutica bíblica, é próprio da

escola pragmática (pense-se na escola de Lentzen-Deis).

Eis alguns dos muitos momentos altos da nossa leitura. O episódio da hemorragia que «tocara» em Jesus (5,30-34) revela que os discípulos «não entendem que há uma forma de tocar que é inevitável, devido ao ajuntamento de gente, e outra forma de tocar que provém da fé; há um tocar que se esgota na proximidade física e um tocar que é comunhão e experiência de vida nova. Este último tocar é o único que salva» (114). Em 3,6 tudo indica que os adversários são fariseus, «os observadores meticulosos do descanso sabático, mas não do sábado» que é «gozo e memória do Deus que liberta» (61). Ao pronunciar-se sobre o que é puro e impuro (7,14-16), Jesus revela que a impureza mais nociva é a que se contrai «quando o homem se decide, livremente, pelo mal, e quando se erige, voluntariamente, contra Deus. É esta a impureza a eliminar, e eliminá-la, desde que Jesus veio, significa acolher a Sua Palavra: “Convertei-vos! Acreditai no Evangelho! Acolhei o Reino de Deus!» (146). Nem deveria passar despercebida a perspicácia com que são resolvidas certas *cruces interpretum*: como a da interpretação de 3,29, onde afiança que «blasfemar contra o Espírito Santo» é «manifestação de uma rejeição absoluta da percepção de que Deus actua na história», 78); ou como quando assevera que a chocante frase do Senhor em 4,12 «não aconteça que se convertam e sejam perdoados» alude a gente cuja «cegueira e falta de inteligência é total e intencional» (89).

Dada a notável solidez argumentativa e a profundidade analítica num comentário bíblico integralmente «amigo» do seu leitor, até pelas suas dimensões (são raros os comentários de Marcos na casa das 300 p.), não nos vamos delongar em considerações sobre os seus limites. Cumpre assinalar,

em todo o caso, o ponto que achamos mais débil: a ausência de uma justificação, ainda que breve, para a delimitação das unidades em que se articula a composição do texto. Exemplo desta lacuna é, logo no início, a escusada atomização em quatro unidades (1,1; 1,2-11; 1,12-13; 1,14-15) de uma unidade coesa como é Mc 1,1-15, onde mais que «uma panorâmica sobre Jesus» (p. 13), lemos sobretudo uma panorâmica sobre *João e Jesus* prenhe de ressonâncias histórico-salvíficas, com implicações programáticas para o resto do Evangelho. Esta ou qualquer outra crítica que poderíamos mover ao comentário de Mario Galizzi seria insusceptível, no entanto, de abalar a certeza de que o A. salesiano doou à comunidade cristã uma obra de vulto onde prevalecem os registos suaves e desafiantes da voz do Espírito. O nosso desejo irreprimível de vê-la vertida também em língua portuguesa será, provavelmente, a sua melhor recomendação.

ISAÍAS HIPÓLITO

GARCÍA-MORENO, Antonio, *La Neovulgata. Precedentes y actualidad*, 2ª edición, «Colección Teológica» 47, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 2011, 472 p., 240 x 155, ISBN 978-84-313-2771-2.

Este livro apresenta um largo estudo sobre o texto oficial da tradução latina da Bíblia recomendada pelo Concílio Vaticano II para substituir, melhorando a qualidade da tradução, aquela que foi realizada por S. Jerónimo e utilizada pela Igreja durante cerca de quinze séculos como versão referencial, a chamada Vulgata. A nova tradução que, por referência a esta, é conhecida como Neovulgata, tem assim precedentes históricos de vária índole. São estes precedentes